

31 de Maio de 2021

Revisitar o Museu de Marinha - Parte VIII

Post reformulado a partir de outro já publicado em 30 Maio de 2013

Parte VIII - Conclusões (Guerra do Ultramar)

LDM/LDP – Lanchas de Desembarque Médias/Pequenas;

LFG – Lanchas de Fiscalização Grandes;

LDG – Lanchas de Desembarque Grandes;

LFP – Lanchas de Fiscalização Pequenas;



*Nesta visão sonhada do "Museu de Marinha - 150 Anos", teriam cabimento os 4 tipos de Unidades Navais, a **poeira naval**, que combateram na Guerra do Ultramar*

Relembramos aqui o que, em "Revisitar o Museu de Marinha - Partes I a VII", anteriormente explanámos sobre conhecimento resumido das unidades navais e respectivas guarnições que, no período em que decorreu entre o início e final dos conflitos armados no antigo Ultramar, faziam parte da lotação de cada um dos tipos de navios anteriormente indicados.

LDM/LDP – Lanchas de Desembaque Médias/Pequenas

Permaneceram na Guiné, 42 LDM e 9 LDP, em Angola, 4 LDM e 11 LDP, em Moçambique, 4 LDM e 3 LDP (1 adaptada ao S. Brás). Ficaram no Continente/Açores/Madeira 10 LDM e 2 LDP.

Em termos de meios humanos empenhados (6 praças para as LDM e 4 praças para as LDP), estaremos a considerar **1.300 a 1.500 homens** nos três teatros de guerra (tal como no início, não considerámos as unidades que permaneceram no Continente e Ilhas).



Uma visão dramática da LDM 302 afundada no rio Cacheu, quase totalmente submersa; entre 1964 e 1969, em 7 ataques/combatos em que participou, 6 deles no rio Cacheu, sofreu 3 mortos, 2 feridos graves e 2 feridos ligeiros. Integrava também a escolta ao combóio naval para Catió/Bedanda, 1969, em que o batelão Guadiana colidiu com uma mina aquática, provocando 8 mortos nativos

LFG – Lanchas de Fiscalização Grandes

Neste caso referimos 10 unidades navais da classe «Argos» gémeas a saber: As LFG «Argos», LFG «Dragão», LFG «Escorpião», LFG «Pégaso», LFG «Cassiopeia», LFG «Hidra», LFG «Lira», LFG «Orion», LFG «Centaurio» e LFG «Sagitário»; estiveram 7 na Guiné e 3 em Angola.

As LFG «Argos» e LFG «Dragão», depois de terem estacionado algum tempo na Guiné, foram para Moçambique e, mais tarde, regressaram novamente à Guiné. A LFG LFG «Escorpião», que inicialmente esteve atribuída à Guiné, foi para Angola na mesma altura que as duas primeiras referidas, e ali ficou até ao final da vida operacional.

Considerando guarnições com 2 oficiais, 4 sargentos e 21 praças terão desfilado naquelas unidades navais próximo dos **1.800 a 2.000 homens**, correspondendo a 140 oficiais, 280 sargentos e 1470 praças.



Em 13 de Janeiro de 1968, a LFG «Lira» quando escoltava a LDG «Alfange» de Farim para Bissau, num violento ataque no rio Cacheu – Tancroal é atingida com 2 granadas de RPG 7 que atingiram a ponte e o rufo da casa das máquinas, danificando seriamente o navio e destruindo os botes de borracha; a emboscada provocou 1 morto, 4 feridos graves e 3 feridos ligeiros



LDG – Lanchas de Desembarque Grandes

Considerando agora o caso das LDG – Lanchas de Desembarque Grandes, estiveram nos teatros de conflito 5 unidades navais deste tipo. Na Guiné, as LDG «Alfange», LDG «Montante» e LDG «Bombarda», em Angola, a LDG «Ariete» e, em Moçambique, a LDG «Cimitarra».

Quanto a meios humanos empenhados com guarnições de 2 oficiais, 2 sargentos e 16 praças, terão naqueles navios desempenhado missões **600 a 700 homens** (LDG «Bombarda» considerada apenas enquanto em teatro de guerra).



A LDG «Alfange» atingida à popa por um projectil de canhão sem recuo que não teve outras consequências além dos prejuizos materiais.

LFP – Lanchas de Fiscalização Pequenas

Neste tipo de navios estão incluídas 39 lanchas de 12 classes diferentes. Podem ser averbadas algumas conclusões interessantes dos resumos que anteriormente foram feitos para estas lanchas, ainda que, anos e dissemelhanças de construção, locais onde actuaram e dispositivos operacionais em que estiveram integradas, datas de aumento ao efectivo e abate, não aconselhem “grandes aventuras” conclusivas.

Mais de metade das lanchas destinaram-se a reforçar o dispositivo naval presente na Guerra do Ultramar. Ainda que aqui se mencionem as LFP da classe «Antares» que permaneceram no antigo "**Estado Português da**

Índia" não consideramos correcta a extensão do conceito Guerra do Ultramar/Guerra Colonial/Guerra de África às antigas possessões da Índia.

Assim, repartidas entre Angola, Moçambique e Guiné, estiveram as 13 lanchas da classe «Bellatrix», 2 da classe «Alvor», 1 da classe «Algol», 1 da classe «Sabre», 1 da classe «Castor», 2 da classe «Antares», 6 da classe «Júpiter» e 1 da classe «Tete», num total de 27 unidades navais.

A LFP «Antares» permaneceu na Índia até 12.5.62, regressando mais tarde a Moçambique, onde permaneceu até ao final do tempo de vida operacional. Na Índia ficaram 3 lanchas da classe «Antares» até à invasão pela União Indiana.

A «Vega» foi afundada depois de um desigual e dramático combate naval com as forças invasoras, a «Sirius» foi encalhada e a «Antares» navegou até Carachi, regressando mais tarde a Moçambique, onde esteve até ao final do tempo de vida operacional.

As LFP «Castor» e LFP «Régulus» foram cedidas ao Governo do Malawi em 1968 e 1970, com os nomes de «John Chilembwe» e «Chibisa», respectivamente.

A LFP «Albufeira» da classe «Alvor», depois de desempenhar missões em território continental, veio a ser cedida à República Democrática de Timor Leste, em 1973, com o nome de «Tibar».



A LFP «Bellatrix», em 13 de Fevereiro de 1968, foi violentamente atacada no rio Cobade de que resultaram, além de um rombo a bombordo, 80% abaixo da linha de água, estragos na casa da navegação, radar, sistema eléctrico e motores principais que obrigaram a uma mais prolongada reparação.

Todas as LFP anteriormente referidas foram sendo abatidas nos locais onde estacionaram e entregues aos novos países independentes, terminados que foram os conflitos armados em 1975 cada um dos teatros da Guerra do Ultramar.

Ao tempo, integravam o dispositivo naval do Continente as 5 lanchas da classe «Albatroz», 2 lanchas da classe «Dom Aleixo» 1 da classe «Rio Minho» (abatida em 1982) e 1 da classe «Átria». Depois de Outubro de 1985, mês limite de compilação dos dados de uma das fontes deste trabalho, continuaram a fazer parte do dispositivo naval todas estas unidades navais.

As LFP da classe «Dom Aleixo» que repartiram vida operacional entre Cabo Verde e o Continente, foram abatidas ao efectivo dos navios da Armada no ano de 1997. Das 5 LFP da classe «Albatroz», ainda se mantinham no dispositivo naval, à data desta publicação, as LFP «Cisne» e LFP «Águia».

Mesmo não considerando as LFP da classe «Albatroz» e classe «Dom Aleixo», LFP «Albufeira», LFP «Rio Minho» e LFP «Átria», por não terem participado activamente nos conflitos além-mar, de forma estiamada terão passado pelas guarnições de todas as outras Lanchas de Fiscalização Pequenas mais de **1.500 oficiais, sargentos e praças**, entre 1959 e 1975.

Conclusões

Justo seria que as guarnições de todas as unidades navais acima referidas, grande parte delas pequenas no tamanho mas todas elas enormes no espírito com que desempenharam as mais variadas missões atribuídas, da simples fiscalização ao combate, fossem alvo de um tributo de bons serviços prestados ao País sob cuja bandeira serviram, em sede própria e pela Marinha de Guerra Portuguesa.

Seria pretensioso, sem dados rigorosos de pesquisa e compilação, implicando capacidade e meios não disponíveis, extrair das anteriores publicações sob o título "Revisitar o Museu de Marinha - partes I a VII", conclusões que encerrassem, com aspecto definitivo, memórias históricas daqueles tipos de unidades que, por enquanto, não são referidas com nada mais do que indícios generalistas, bastante dispersos e apenas de parte delas.

Há unidades navais que não dispõem de qualquer diário náutico e poucos relatórios circunstanciados de operações, anuais, de conservação e manutenção ou mesmo de outros tipos de comunicados, dos 12 anos de conflito e, os que existem, são incompletos ou pouco detalhados, pelo que não permitem articular relatos estruturados da vida operacional.

Talvez que, a partir dos diversos tipos de documentação existente no Arquivo de Marinha, relatando a actividade diária operacional das próprias unidades, exigida pela regulamentação existente, emanada do Estado-Maior da Armada ou Comandos Navais, seja possível iniciar pesquisa e recolha que configure a elaboração de um princípio de memória histórica.

Provavelmente, por diversas e desconhecidas razões, ter-se-á extraviado muita documentação no processo de transição imediatamente anterior ao final dos conflitos. Do ponto de vista de História da Marinha, há que assumir o risco de que, desaparecida a geração de militares dos anos 60 e 70, se extingue em simultâneo a possibilidade de recorrer ao testemunho de quem participou ou presenciou acontecimentos nos teatros de guerra.

Ainda que a documentação existente pudesse suprir falhas, e assim não é, tudo o que significasse relatórios de carácter obrigatório em suportes escritos, cópias de documentação de qualquer ordem traduzindo um linguajar militar inerente, comunicações, logística ou operacional, era invariavelmente repetitiva e rotineira, mor das vezes um “copy/paste” com alteração de datas.

Quantas vezes bastava a leitura de um exemplar, o do ano anterior para, com pequenas diferenças e sem dificuldade, se elaborar um Relatório Anual. Os relatos operacionais acusavam necessariamente o cunho pessoal de quem comandava, a despeito de os factos poderem ser testemunhados por diferentes militares e interpretados ou relatados de modo diferente por quem os vivia.

No caso particular das LDM, documentação é mesmo um mito; traduzir-se-á num “praticamente inexistente”, a não ser as referências de participação operacional que lhe são feitas nos relatórios das diferentes Esquadrilhas de Lanchas, Unidades Navais ou de Fuzileiros de que dependiam operacionalmente. Ali estariam registados parte dos movimentos quando participavam em operações ou ainda quando recebiam os “Ordmoves” descritivos de acções a efectuarem.



Abril, 1967 - O rombo de cerca de 1 m x 1 m provocado na LDM 309 na sequência de um rebentamento de uma mina aquática accionada de terra e montada no rio Armada, afluente do rio Cacheu

Ainda que, quando entendido conveniente, o Arquivo de Marinha venha a disponibilizar documentação a historiadores, investigadores ou sociólogos, classificada de confidencial ou não, pesquisa exaustiva e rigor serão constantes necessárias na consulta da documentação existente, que irá certamente exigir ser pesquisada até ao pormenor das mensagens diárias de movimentos das unidades. Sem meios técnicos e humanos adequados, não parece uma abordagem susceptível de alcançar resultados positivos em tempo curto.

Contudo, deixando de lado complexos considerandos políticos, económicos e sociais, já que não me sinto especialmente habilitado para esse objectivo, são lícitas conclusões quer quanto a meios humanos empenhados na Guerra do Ultramar quer quanto ao relevante papel que os oficiais da Reserva Naval de todas as classes nela desempenharam, entre os anos de 1961 e 1975.

Desempenharam funções como Comandantes das LFG – Lanchas de Fiscalização Grandes, **67 oficiais dos Quadros Permanentes** e como Oficiais Imediatos, **67 oficiais da Reserva Naval** e mais outros **7 oficiais dos Quadros Permanentes**.

Desempenharam funções como Comandantes das LDG – Lanchas de Desembarque Grandes **28 oficiais dos Quadros Permanentes** e como Oficiais Imediatos **27 oficiais da Reserva Naval** e outros **6 oficiais dos Quadros Permanentes**.

Desempenharam funções como Comandantes das 39 unidades navais que foram consideradas como LFP – Lanchas de Fiscalização Pequenas um total de 297 oficiais, sendo **223 foram oficiais da Reserva Naval, 73 oficiais dos Quadros Permanentes e 1 oficial da Reserva Marítima**.

De enaltecer igualmente a acção dos **666 oficiais fuzileiros da Reserva Naval** que entre o **4.º CEORN e o 25.º CFORN** foram formados, a maioria dos quais integrou Destacamentos de Fuzileiros e Companhias em Angola, Moçambique e Guiné. Muitos deles viriam a ingressar nos Quadros Permanentes voltando àqueles teatros no comando de Companhias e Destacamentos de Fuzileiros.

Pertencendo eu à tal geração dos anos 60 e 70 que viveu a guerra, começo a ter consciência de que o horizonte de vida que nos espera vai encurtando ameaçadoramente. Aqueles que não caíram lá, estão agora a ser vítimas da inexorável lei da vida que a todos tolhe, a qualquer momento, para o destino que os faz embarcar para a última comissão.

Afinal já tínhamos a guia passada desde o dia que assomámos a este mundo. Nunca sabemos é a data.

Avisados que estamos, como condenados em nome do tempo, não podemos, não queremos e também não devemos, deixar-nos intimidar por esse limite temporal sem data fixa. Em consciência, devêmo-lo aos que fizeram connosco toda esta travessia e, muito especialmente, aos que ficaram pelo caminho, lá

como cá. Alguns, mesmo que não muitos, foram-nos dando público testemunho da sua confiança no objectivo que temos tentado prosseguir.

Outros, Camaradas e Amigos, confiaram-me álbuns particulares das suas colecções pessoais, imagens, documentação, fantasmas vivos que de um tempo que não volta mas também se não apaga do espírito de camaradagem e de amizade que nos aproximou, um dia já ido. E que ficou.

A mim, tocou-me a honrosa missão de ser oficial Imediato da LFG «Orion» na Guiné, de 2.6.66 a 24.4.68. Regressei quase 1.800 horas de navegação depois, 18 flagelações ou emboscadas sofridas, 32 impates e um ferido grave na LFG e, quase no final, o falecimento do meu pai. Algo amargurado, mais velho e amadurecido, mas voltei incólume. Muitos não tiveram a sorte que eu tive, de poder abraçar familiares e amigos que me esperavam no regresso.



O registo detalhado de participação em combates/ataques/flagelações das LFG, neste caso a «Orion», era efectuado nos períodos de acostagem em Bissau, aproveitando os tempos de serviços.

Em muitos casos, apenas nessa situação era possível verificar locais de impates, resultantes de flagelações sobre o navio, que era verificado e retocado de pintura; tinha também atribuída uma placa de honra "Rio Cumbijã" por virtude de violento ataque sofrido na escolta a um combóio naquele rio do sul.

Mais tarde aqueles registos, tal como noutras unidades navais, constituindo como que uma memória histórica de registo, por instruções superiores, foram apagados e deixaram de existir

Sobretudo, a todos eles e por todos eles, tenho dedicado este modesto blogue,

quer tivessem alinhado em formaturas nas paradas da Marinha quer nas do Exército ou da Força Aérea mas, especialmente, a todos os Oficiais da Reserva Naval, incluindo os Fuzileiros, que honraram o Ramo em que serviram ao serviço do País em que nasceram.

Num rápido resumo, estiveram nos teatros de Guerra do Ultramar em Angola, Moçambique e Guiné, 115 unidades navais naquilo que alguém com superior espírito de classificação apelidou de **poeira naval**.

Um rápido somatório permite concluir que, em pessoal, as guarnições destas unidades ascenderam a um número entre **5.200 a 5.700 oficiais, sargentos e praças**.

Neste números finais, não se encontram incluídos todos os outros navios de maior porte tais como, avisos, contra-torpedeiros, fragatas, corvetas, navios-hidrográficos e outros que tenham participado nos conflitos, bem como Destacamentos e Companhias de Fuzileiros.

Ainda que as guarnições desta unidades tenham integrado igualmente muitos Oficiais da Reserva Naval, não teria aqui cabimento a abordagem a um tão alargado universo de navios e pessoal, integrados nos dispositivos navais envolvidos nas 3 frentes em África. Tal objectivo seria despropositado e pretensioso nesta modesta aproximação.

O Museu de Marinha tem certamente, pela frente, um grande desafio na construção e preservação de um espaço museológico e cultural dedicado à Guerra do Ultramar, que honre e dignifique a História da Marinha e onde, toda a **poeira naval** representada pelas Lanchas de Fiscalização Grandes e Pequenas (LFG e LFP), Lanchas de Desembarques Grandes, Médias ou Pequenas (LDG, LDM e LDP) e também Fuzileiros, marque presença obrigatória.

Presença que, desejavelmente, deverá enquadrar a História da sua Reserva Naval.

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte I"

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte II"

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte III"

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte IV"

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte V"

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte VI"

"Revisitar o Museu de Marinha-Parte VII"

Nota do autor:

Todas as fotos acima publicadas se referem a relatos, factos ou ocorrências, descritas no blogue noutras publicações anteriormente efectuadas. Para os leitores que o desejem, basta efectuarem a procura por tema/assunto/palavras na caixa de busca do blogue.

Fontes:

Setenta e Cinco Anos no Mar, Lanchas de Fiscalização Grandes (LFG), 15º VOL, Comissão Cultural da Marinha, 2004; Setenta e Cinco Anos no Mar, Lanchas de Fiscalização Pequenas (LFP), 16º VOL, Comissão Cultural da Marinha, 2005; Setenta e Cinco Anos no Mar, Lanchas de Desembarque Grandes (LDGG), Médias (LDM) e Pequenas (LDP), 16º VOL, Comissão Cultural da Marinha, 2006; Anuário da Reserva Naval 1958-1975, Comandantes Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, Lisboa, 1992; fotos do Comandante Carlos Dias Souto, arquivo do autor do blogue, Arquivo de Marinha e Revista da Armada

mls